

Nota 1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 - Identificação da entidade e período de relato

Designação: Município de Mora

Endereço: Rua do Município, 41; 7490-243 Mora

NIF: 501129103

1.2 - Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a Entidade.

As demonstrações financeiras constituídas pelo balanço, demonstrações dos resultados por natureza, a demonstração das alterações do património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e os anexos foram preparadas de acordo com o pressuposto do regime do acréscimo e da continuidade, no qual os artigos são reconhecidos como ativos, passivos, património líquido, rendimentos e gastos quando satisfaçam os critérios de reconhecimento em conformidade com a estrutura conceptual.

De referir que as notas não indicadas neste anexo não são aplicáveis ao Município de Mora nem significativas para a compreensão das demonstrações financeiras em análise.

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicasse a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC-AP, que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

1.3 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

A desagregação dos valores inscritos na rubrica do Balanço de Caixa e depósitos em 31 de dezembro de 2025, por comparação com o período anterior, apresenta-se no quadro seguinte:

Quadro 1.3 - Saldos de caixa e depósitos

Conta	Designação	2025	2024
11.	Caixa	1 857,72 €	1 835,89 €
	Depósitos à ordem		
12.2	Depósitos bancários à ordem	2 770 715,36 €	3 395 523,77 €
	Outros depósitos		
13.2	Depósitos consignados	0,00 €	0,00 €
13.3	Depósitos de garantias e cauções	0,00 €	0,00 €
TOTAL		2 772 573,08 €	3 397 359,66 €

Designação	2025	2024
- Execução orçamental	2 703 760,74 €	3 316 653,04 €
- Operações de tesouraria	68 812,34 €	80 706,62 €
Saldo da gerência	2 772 573,08 €	3 397 359,66 €

Os saldos de caixa e seus equivalentes são constituídos por saldos de gerência.

Nota 2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 - Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em Euros.

O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da

entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

Informação comparativa

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para as quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza de reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentadas separadamente, a menos que sejam imateriais.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o Município de Mora continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 22 de abril de 2026, data em que serão objeto de aprovação pelo Órgão Executivo.

2.2 - Outras políticas contabilísticas relevantes

Principais políticas contabilísticas:

(a) Ativos fixos tangíveis

Mensuração inicial

Um ativo fixo tangível é inicialmente mensurado ao custo de aquisição, o qual inclui:

- ◆ Preço de compra que inclui direitos de importação, impostos não dedutíveis ou reembolsáveis, após dedução de descontos comerciais;
- ◆ Custos diretos para colocar o ativo no local e nas condições necessárias para ser usado, tais como desbravamento de terrenos, movimentação de terras e drenagem, gastos adicionais com a adaptação das máquinas e de instalações;
- ◆ Estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item, e de restauração do local no qual este está localizado.

São ainda incluídos no custo de aquisição, quaisquer bens necessários por

razões de segurança ou ambientais que não tragam influxos adicionais, pois sem eles o bem pode não entrar em funcionamento, logo não irá gerar quaisquer influxos.

Quando estamos perante ativos fixos tangíveis adquiridos sem contraprestação, a mensuração é efetuada como segue:

- ♦ Bens Imóveis - ao valor patrimonial tributário (VPT);
- ♦ Outros ativos tangíveis - ao custo do valor recebido ou, na falta deste, o respetivo valor de mercado.

Pelo montante do ativo reconhecido deve ser reconhecido um rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo ativo (subsequentemente quando o passivo for reduzido o rendimento é reconhecido).

No entanto, se essa transferência satisfizer a definição de contribuições dos proprietários, não é reconhecido nem um passivo nem um rendimento, mas sim um incremento no património líquido (conta 5942 - doações obtidas - em outros ativos).

Quando um ativo fixo tangível é adquirido numa transação em que o respetivo pagamento é diferido no tempo, quer o ativo quer o passivo são reconhecidos ao custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo.

No reconhecimento inicial de um ativo fixo tangível adquirido numa transação de troca de um ativo não monetário por outro, o custo do ativo fixo tangível adquirido deve ser o seu justo valor, exceto se:

- A transação com contraprestação não tiver substância comercial;
- O justo valor do ativo recebido e o justo valor do ativo cedido não possam ser mensurados com fiabilidade, situação em que o ativo adquirido é mensurado pela quantia escriturada do ativo cedido;
- Ambos puderem ser fiavelmente mensurados, o custo é o justo valor do ativo cedido (a menos que o justo valor do ativo adquirido seja claramente mais evidente).

Mensuração subsequente (infraestruturas+ VPT)

Subsequentemente, um ativo fixo tangível é mensurado pelo seu custo menos a depreciação acumulada e menos qualquer perda de imparidade acumulada, se aplicável.

Estes ativos podem ser revalorizados quando os critérios e parâmetros para a revalorização estão definidos em dispositivo legal adequado. O valor do ativo revalorizado será o seu justo valor na data de revalorização menos a depreciação subsequente acumulada.

Custos subsequentes

O tratamento dos custos subsequentes relacionados com um ativo fixo tangível deve ser o seguinte:

- Custos de assistência técnica corrente - reconhecer como custos do exercício;
- Substituições de determinadas componentes em intervalos regulares - os respectivos custos devem adicionar-se à quantia escriturada do bem e devem ser desreconhecidos os itens substituídos;
- Grandes inspeções regulares (independentemente de partes do bem serem ou não substituídas) - os respectivos custos devem adicionar-se à quantia escriturada do bem e deve ser desreconhecida a quantia escriturada da anterior inspeção.

Vida útil

A vida útil de um ativo fixo tangível é determinada tendo em conta:

- A utilização esperada do ativo, que é avaliada por referência à capacidade ou à produção física esperada;
- O desgaste físico esperado (número de turnos, programa de

reparações e manutenções e o cuidado e manutenção do ativo);

- A obsolescência técnica e comercial;
- Os limites de natureza legal ou outra sobre o uso do ativo.

O ativo é depreciado ao longo da sua vida útil. Cada parte de um ativo tangível cujo custo seja significativo em relação ao custo total deve ser depreciada separadamente, podendo agregar-se componentes que tenham a mesma vida útil.

Os terrenos e edifícios são ativos separáveis que são contabilizados separadamente mesmo se adquiridos em conjunto.

As taxas de depreciação utilizadas estão em conformidade com o estabelecido no Classificador Complementar 2 para as aquisições ocorridas a partir de 1 de janeiro de 2020. Para as aquisições anteriores mantiveram-se as utilizadas anteriormente, de acordo com o CIBE, com exceção dos bens relativos a infraestruturas, os quais foram objeto de correção para que as depreciações acumuladas ficassem equivalentes às apuradas com as vidas úteis apresentadas no CC2.

Para os bens de domínio público migrados foi atribuída metade da vida útil definida em CC2, com efeitos partir de 1 de janeiro de 2020, com exceção dos bens relativos ao saneamento básico, aos quais foi atribuída a vida útil total definida no CC2.

Método de depreciação

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou o potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método utilizado é o das quotas constantes.

Valor residual

A quantia depreciável de um ativo é calculada após a dedução do seu valor residual. A estimativa do valor residual deve ser revista em cada data de relato.

Qualquer alteração à estimativa inicial é contabilizada no exercício corrente ou

em exercícios futuros, como previsto na NCP 2.

É presunção da norma que o valor residual de um ativo fixo tangível é geralmente insignificante e, por isso, imaterial no cálculo da quantia depreciável. Não é prática corrente a atribuição de valor residual aos ativos fixos tangíveis.

Imparidade

Sempre que existam indícios de imparidade (fontes internas e externas), é testado o ativo quanto à sua imparidade.

A quantia escriturada do ativo é reduzida para a sua quantia recuperável se, e apenas se, a quantia recuperável for menor do que a quantia escriturada. Essa redução é uma perda por imparidade que deve ser reconhecida imediatamente nos resultados.

Quando a quantia estimada de uma perda por imparidade for maior do que a quantia escriturada do ativo, a quantia escriturada do ativo deve ser reduzida para zero ou ser reconhecido um passivo se, e apenas se, isso for exigido por uma outra NCP.

O encargo da depreciação /amortização deve ser ajustado em períodos futuros em função da quantia escriturada revista do ativo.

Caso as situações que estão na base da imparidade se alterem, é efetuada a reversão da perda por imparidade. Esta reversão tem como consequência um aumento do valor do ativo para a sua quantia recuperável e deve ser reconhecida imediatamente em resultados.

No entanto, a quantia escriturada acrescida de um ativo que seja atribuível a uma reversão de uma perda por imparidade, não deve exceder a quantia escriturada que teria sido determinada (líquida de depreciação / amortização) se não tivesse sido reconhecida perda por imparidade no ativo em períodos anteriores.

Após o reconhecimento da reversão, o encargo com a depreciação/ amortização ou o valor residual deve ser revisto e ajustado de acordo com a NCP aplicável

ao ativo.

Desreconhecimento

Um ativo fixo tangível é desreconhecido:

- Na data de alienação (incluindo alienação através de uma transação sem contraprestação); ou
- Quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

A alienação de um ativo fixo tangível pode ocorrer:

- Por venda - aplicada a NCP 13 para reconhecimento do rendimento da venda de bens;
- Por celebração de uma locação financeira - aplicada a NCP 6 a uma alienação efetuada ao celebrar uma locação financeira ou a uma venda seguida de locação.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação de ativo fixo tangível são determina- dos como a diferença entre os rendimentos líquidos da alienação e a quantia escriturada do ativo e são reconhecidos nos resultados (a menos que a NCP 6 exija de forma diferente no caso de uma venda seguida de locação) no período do abate ou alienação.

Se o pagamento de um ativo fixo tangível for diferido, a retribuição recebida deve ser reconhecida inicialmente pelo preço a dinheiro equivalente e a diferença entre a quantia nominal da retribuição e o preço a dinheiro equivalente deve ser reconhecida como rendimento de juro segundo a NCP 13 usando o modelo do juro efetivo.

(b) Propriedades de investimento

O Município de Mora não tem ativos reconhecidos como propriedades de investimento.

(c) Ativos intangíveis

Mensuração inicial

Um ativo intangível é inicialmente mensurado ao custo de aquisição.

Quando estamos perante ativos intangíveis adquiridos sem contraprestação, a mensuração é efetuada ao justo valor.

No reconhecimento inicial de um ativo intangível adquirido numa transação de troca de um ativo não monetário por outro, o custo do ativo intangível adquirido deve ser o seu justo valor.

Mensuração subsequente

Subsequentemente, um ativo intangível é mensurado pelo seu custo menos a amortização acumulada e menos qualquer perda de imparidade acumulada, se aplicável.

Vida útil

A vida útil de um ativo intangível é determinada tendo em conta:

- A utilização esperada do ativo
- Os limites de natureza legal ou outra sobre o uso do ativo.

O ativo é depreciado ao longo da sua vida útil.

As taxas de amortização utilizadas estão em conformidade com o estabelecido no Classificador Complementar 2 para as aquisições ocorridas a partir de 1 de janeiro de 2020. Para as aquisições anteriores mantiveram-se as utilizadas anteriormente, de acordo com o CIBE.

Método de Amortização

O método de amortização reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou o potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método utilizado é o das quotas constantes.

Imparidade

Sempre que existam indícios de imparidade (fontes internas e externas), é testado o ativo quanto à sua imparidade.

Desreconhecimento

Um ativo intangível é desreconhecido:

- Na data de alienação (incluindo alienação através de uma transação sem contraprestação); ou
- Quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

(d) Acordos de concessão de serviços: Concedente

Os ativos construídos, melhorados ou adquiridos pelos concessionários no âmbito de acordos de concessão de serviços, reconhecidos inicialmente ou por reclassificação numa classe de ativos separada, desde que o Município, enquanto concedente detenha o controlo ou regule quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar, e a que preço, controlando ainda, através da propriedade, o direito aos benefícios ou por outra forma qualquer de interesse residual no ativo no final do termo do acordo.

No que diz respeito ao controlo do preço, recorrendo supletivamente à norma internacional de contabilidade pública que versa sobre os acordos de concessão de serviços (IPSAS 32),

constata-se que apesar da alínea a) do ponto 9 referir que *"The grantor contrains or regulates what services the operator must provide with the asset, to whom it mus provide them, and at what price"*, o guia de aplicação da IPSAS 32 providencia informação adicional, que na NCP 4 é omissa, indicando que o controlo ou regulação pode ser efetuada por um regulador em nome do concedente, não sendo nesse caso exigido o controlo total sobre o preço, sendo

suficiente que o mesmo seja estabelecido pelo regulador.

Os ativos em concessão são contabilizados de acordo com a NCP 5 -Ativos fixos tangíveis, pelo que os mesmos se encontram reconhecidos no Ativo fixo tangível, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Quando o Município reconhece um ativo de concessão de serviços nas circunstâncias acima descritas, deve reconhecer também um passivo. Nos casos em que são disponibilizados ativos já existentes para utilização do concessionário não é reconhecido qualquer passivo, exceto nas circunstâncias em que é proporcionada remuneração adicional pelo concessionário.

A natureza do passivo reconhecido baseia-se na natureza da remuneração trocada entre o concedente e o concessionário. A natureza da remuneração dada pelo concedente ao concessionário é determinada por referência aos termos do acordo vinculativo e, quando relevante, a Lei do contrato.

Assim, para efeitos de determinação da natureza do passivo, releva a forma como o Município compensa cada concessionário em troca do ativo de concessão de serviços, através de qualquer combinação nos termos seguintes:

- efetuar pagamentos ao concessionário (o modelo do "passivo financeiro"), sendo registados estes montantes na rubrica de «Outras contas a pagar»;
- compensar o concessionário por outro meio (o modelo do "atribuição de um direito ao concessionário"), por exemplo: dar ao concessionário o direito a obter rendimento a partir de terceiros utilizadores do ativo de concessão de serviços; ou dar ao concessionário acesso a um outro ativo gerador de rendimento para uso do concessionário, sendo registados estes montantes na rubrica de «Rendimentos diferidos».

No caso da combinação de formas de regulação ("modelo misto"), a contabilização segue a divisão do acordo.

Nos casos em que o concessionário pague rendas ao Município e que as mesmas tenham uma natureza variável e dependente do rendimento gerado, como por exemplo de consumos, faz com que o mesmo tenha a natureza de

revenue sharing, sendo esse rendimento e o correspondente ativo registrados pelo montante efetivamente calculado quando conhecidos os recebimentos variáveis a que o Município tem direito, ultrapassado o fator contingente da utilização e podendo ser mensurado com fiabilidade.

(e) Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os Ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Os ativos com contratos de locação são totalmente depreciados durante o prazo de locação.

(f) Participações financeiras

As participações financeiras são registradas inicialmente a preço de compra incluindo quaisquer encargos atribuíveis para colocar a participação à disposição.

O Município de Mora aplica o método de equivalência patrimonial na contabilização dos investimentos financeiros das entidades sobre as quais exerce influência significativa ou controlo.

A existência de influência significativa por parte de uma entidade é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas: (a) Representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada; (b)

Participação em processos de decisão de políticas; (c) Transações materiais entre o investidor e a participada; (d) Intercâmbio de pessoal de gestão; ou (e) Prestação de informação técnica essencial.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento financeiro é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas de uma participada reduzem a quantia escriturada do investimento. A quantia escriturada poderá também ter de ser ajustada por forma a refletir a evolução do interesse da investidora na participada resultante de alterações no capital próprio desta que não tenham sido reconhecidas nos seus resultados. Tais alterações incluem as provenientes de revalorização de ativos fixos tangíveis e de diferenças de transposição de moeda estrangeira. A parte da investidora nessas alterações é reconhecida diretamente no património líquido.

No caso de existirem participações financeiras em outras entidades que não sejam tidas como participações em empreendimentos conjuntos, subsidiárias ou associadas, estas serão registadas ao custo de aquisição deduzido de qualquer perda por imparidade acumulada.

(g) Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado excede a quantia recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados do período. A quantia recuperável é a mais alta entre o justo valor menos custos de vender do ativo e o seu valor de uso.

O valor de uso é o valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo, no caso dos "Ativos não geradores de Caixa", e o valor presente dos fluxos de

caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil, no caso dos "Ativos geradores de Caixa".

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados (ganhos).

(h) Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inclui o custo de aquisição, bem como as despesas adicionais de compra.

O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que a entidade espera realizar com a venda dos inventários no decurso normal das operações. Quando o valor do custo é superior ao valor realizável líquido é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados "Perdas por imparidade em inventários" e "Reversões de perdas por imparidade em inventários".

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

O método de custeio adotado pelo Município de Mora é o Custo Médio Ponderado.

(i) Instrumentos financeiros

O Município reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: (a) Dinheiro; (b) Um instrumento

de capital próprio de uma outra entidade; (c) Um direito contratual: (i) De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade; (ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Os ativos financeiros são registrados ao custo amortizado e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registradas na sequência de eventos ocorridos que indiquem,

objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja: (a) Uma obrigação contratual: (i) Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou (ii) Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Os passivos financeiros são registrados no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

1. Clientes;
2. Contas a receber;
3. Fornecedores;
4. Contas a pagar;
5. Financiamentos obtidos;

Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

(j) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. O Município não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

(k) Regime do acréscimo

O Município regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do

momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas "Outras contas a receber", "Outras contas a pagar" ou "Diferimentos".

(I) Rendimentos de transações com e sem contraprestação (NCP13 e NCP14)

As transações com contraprestação são transações pelas quais uma entidade recebe ativos ou serviços, ou extingue passivos, e dá diretamente em troca um valor aproximadamente igual (principalmente na forma de dinheiro, bens, serviços, ou uso de ativos) a uma outra entidade. Por outro lado, nas transações sem contraprestação, uma entidade ou recebe valor de uma outra entidade sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual, ou dá valor a uma outra entidade sem receber diretamente em troca valor aproximadamente igual. Neste âmbito, para se distinguir rendimentos com e sem contraprestação, deve ser considerada a substância das transações em vez da sua forma.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para o Município benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Estes rendimentos são registados pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

- Vendas e prestações de serviços

São reconhecidos pelo seu justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nesta circunstância ao regime do acréscimo.

- Impostos, contribuições e taxas
- Transferências e subsídios correntes obtidos

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Município cumprirá as condições exigidas para a sua concessão. A dotação do Orçamento de Estado

é atribuída anualmente ao Município em conformidade com a LOE - Lei do Orçamento do Estado, sendo o respetivo rendimento reconhecido mensalmente.

As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas correntes e à depreciação e amortização de ativos são diferidos no Balanço, na rubrica de Diferimentos, sendo registados como rendimento do período (rubrica "Transferências e subsídios correntes obtidos"), na proporção, respetivamente, dos correspondentes gastos incorridos e dos gastos de depreciação e de amortização dos ativos durante a vida do projeto, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica "Imputação de subsídios e transferências para investimentos") numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade. As transferências/subsídios reembolsáveis são contabilizadas como Passivos, na rubrica "Financiamentos obtidos".

(m) Acontecimentos após a data de relato (NCP17)

Os eventos ocorridos entre a data de relato (data do balanço) e a data de autorização para emissão das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados nas notas (Nota 17).

2.3 Julgamentos e estimativas

A preparação de demonstrações financeiras exige que a gestão do Município efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações a data de relato, pelo que as presentes demonstrações financeiras incluem rubricas que resultam de estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas do Município.

As estimativas acima referidas são determinadas pelos julgamentos da gestão do Município, os quais se baseiam na melhor informação e conhecimento de eventos presentes, e nas ações que o Município considera poder vir a desenvolver no futuro.

É considerado que as escolhas efetuadas são as apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Município e o resultado das suas transações em todos os aspetos considerados materialmente relevantes.

Os principais juízos de valor efetuados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- Registo de imparidades, provisões e divulgações de passivos e ativos contingentes;
- Especializações diversas.

2.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço, mas antes da data de aprovação das demonstrações financeiras pelo Órgão Executivo e desde que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam a data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras do período. Os eventos ocorridos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não

dão lugar a ajustamentos") são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

Nota 3. Ativos intangíveis

3.1 Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos intangíveis, são mensurados e reconhecidos ao custo de aquisição. Considera-se custo de aquisição o valor da compra e todos os custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição indispensáveis para operarem na forma pretendida.

b) As vidas úteis ou as taxas de amortização usadas

As vidas úteis estimadas têm por base o *Classificador Complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento* do SNC-AP.

c) Método de amortização

O método de amortização usado é o das quotas constantes em regime duodecimal.

d) Quantia escriturada bruta e líquida

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025 os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Quadro 3.1 - Ativos intangíveis - variações das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas		Início do Período				Fim do Período			
		Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada
440	Ativos intangíveis de domínio público	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
441	Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
442	Projetos de desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
443	Programas de computador e sistemas de informação	200 780,56 €	199 149,58 €	- €	1 630,98 €	200 780,56 €	199 481,26 €	- €	1 299,30 €
444	Propriedade industrial e intelectual	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
446	Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
454	Ativos intangíveis em curso	- €	- €	790 944,15 €	-790 944,15 €	- €	- €	- €	- €
TOTAL		200 780,56 €	199 149,58 €	790 944,15 €	- 789 313,17 €	200 780,56 €	199 481,26 €	- €	1 299,30 €

3.2 Ativos intangíveis - quantia escriturada e variações do período

A quantia escriturada e as variações do período, constam do quadro seguinte:

Quadro 3.2 • Ativos intangíveis• quantia escriturada e variações do período

Rubricas		Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
			Adições	Transferências internas	Revalorizações	Reversão de Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diminuições	
440	Ativos intangíveis de domínio público	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
441	Goodw ill	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
442	Projetos de desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
443	Programas de computador e sistemas de informação	1 630,98 €	- €	- €	- €	- €	- 331,68 €	- €	1 299,30 €
444	Propriedade industrial e intelectual	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
446	Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
454	Ativos intangíveis em curso	- 790 944,15 €			- €	- €	- €	- €	- 790 944,15 €
	TOTAL	- 789 313,17 €	- €	- €	- €	- €	- 331,68 €	- €	- 789 644,85 €

Em termos de estrutura da demonstração de resultados, e de acordo com a NCP 3, a amortização de ativos Intangíveis é agregada com as depreciações de ativos fixos tangíveis na linha de gastos/reversões de depreciação e amortização.

3.2A - Ativos intangíveis - adições

Durante o ano de 2025, o Município de Mora não fez investimento em ativos intangíveis.

3.2B - Ativos intangíveis - diminuições

Não houve diminuições em ativos intangíveis ocorridas no período.

Nota 4. Acordos de concessão de serviços: concedente

Nos termos do Decreto-Lei n.º 344-B/82, de 1 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 341/90, de 30 de outubro, bem como, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 182/95 e no Decreto-Lei n.º 184/95, ambos de 27 de julho, o Município de Mora, enquanto concedente, celebrou com a E-Redes enquanto concessionário o contrato de concessão para exploração da energia elétrica em baixa.

A renda devida ao concessionário encontra-se estabelecida na Portaria n.º 437/2001, de 28 de abril, e pelo Decreto-Lei n.º 230/2008, de 27 de novembro.

De igual forma o contrato, estabelece a eventual indemnização devida pelo Município em caso de resgate ou extinção por decurso do prazo contratual, cujo valor corresponde ao valor contabilístico líquido dos bens afetos à concessão.

O contrato foi estabelecido por prazo de 20 anos, pelo que o mesmo deveria ter terminado em dezembro de 2021. Contudo face ao arrastamento do lançamento do novo concurso, cuja responsabilidade cabe ao Governo, o contrato tem sido sucessivamente prolongado.

De acordo com a NCP – Norma Contabilidade Pública n.º 4 no parágrafo n.º 5, são apresentadas as definições de: concessão, concessionário e concedente. Sendo que uma concessão é um acordo vinculativo entre um concessionário, que usa os ativos da concessão para prestar um serviço público, em nome do concedente.

A mesma NCP, no parágrafo n.º 6, indica que o concedente deve reconhecer um ativo nas suas contas, desde que tenha o controlo ou a regulamentação dos serviços que o concessionário tem de prestar e a que preço. E controla através da propriedade, direito aos benefícios ou outra forma, qualquer interesse residual no ativo no final do termo do acordo. Ainda, nos parágrafos 11 a 13, da mesma NCP, é definido que quando o concedente reconhecer um ativo de concessão de serviços de acordo com os parágrafos 6 ou 7, o concedente deve também reconhecer um passivo.

Com a entrada em vigor do SNC-AP e após a receção em maio de 2023 dos dados relativos aos ativos integrados na concessão, foi entendimento do

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Município e validado pelo revisor, o reconhecimento nas contas da autarquia, do valor dos respetivos ativos, bem como do valor passivo inerente ao contrato.

Em 2025 o procedimento adotado foi alterado devido à “Orientação Técnica n.º 1 – Reconhecimento dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão (BT) celebrados entre os municípios e a E Redes, S.A. (ex-EDP Distribuição, S.A.)” de 18 de fevereiro de 2025, onde é referido *“Entende-se que, nesta situação muito específica, poderão não estar preenchidos os critérios para o reconhecimento de todos os ativos e passivos associados aos contratos de concessão ao abrigo da NCP 4, dado poderem existir incertezas significativas e/ou situações dependentes e eventos futuros que impedirão aquele reconhecimento.”*

Assim, nos termos da Nota Técnica nº 1, em 2025 foi efetuado o desreconhecimento da concessão, cujo resumo é o seguinte:

	43.0.3.9.4				68.7.3			
SI	3 986 943,18 €							
NLC 7558		3 986 943,18 €		NLC 7558	3 986 943,18 €		2 724 611,13 €	
							1 248 591,83 €	DESRECON
					3 986 943,18 €		3 973 202,96 €	13 740,22 €
	43.8.0.3.9.04				64.2.0.9.1			
SI		2 659 011,22 €						
DEP JAN DEZ		65 599,91 €		DEP JAN DEZ	65 599,91 €		65 599,91 €	DESRECON
NLC 7558	2 724 611,13 €							
	28.2.4.99.2.1				59.3.9.5.1			
SI		1 076 438,05 €		SI			253 910,03 €	
DESRECON	1 076 438,05 €			DESRECON	253 910,03 €			
	78.8.1.9.09							
DESRECON		16 156,34 €						

Relativamente ao exercício de 2025 o quadro resumo é o seguinte:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Quadro Concessões BT - Imobilizado Bruto

Ano de 2025

0707 Évora - Mora

Unidade: euros

Rubricas	Imobilizado em exploração			Subsídios ao investimento			Saldo Final		
	Totalmente amortizado	Em amortização	Valor bruto total	Totalmente amortizado	Em amortização	Subsídios ao investimento total	Valor bruto	Subsídios/ Participações	Valor líquido
Imobilizado Intangível Regulado	1 807 911,09	2 508 044,16	4 315 955,25	949 632,85	748 476,16	1 698 109,01	4 315 955,25	1 698 109,01	2 617 846,24
Imobilizado Intangível Regulado aceite	1 695 982,46	2 314 212,47	4 010 194,93	899 178,25	748 052,79	1 647 231,04	4 010 194,93	1 647 231,04	2 362 963,89
Imobilizado Intangível Regulado não aceite	111 928,63	193 831,69	305 760,32	50 454,60	423,37	50 877,97	305 760,32	50 877,97	254 882,35
Específico em BT	1 807 911,09	2 508 044,16	4 315 955,25	949 632,85	748 476,16	1 698 109,01	4 315 955,25	1 698 109,01	2 617 846,24
Postos Transformação e Seccionamento	412 670,18	1 034 317,10	1 446 987,28	152 557,31	171 688,40	324 245,71	1 446 987,28	324 245,71	1 122 741,57
Redes aéreas	893 317,67	644 392,41	1 537 710,08	512 578,57	227 704,78	740 283,35	1 537 710,08	740 283,35	797 426,73
Redes subterrâneas	126 724,79	199 914,86	326 639,65	48 424,27	100 383,36	148 807,63	326 639,65	148 807,63	177 832,02
Chegadas aéreas	32 926,08	110 536,14	143 462,22	31 264,89	59 355,57	90 620,46	143 462,22	90 620,46	52 841,76
Chegadas subterrâneas	10 227,12	111 771,63	121 998,75	6 461,45	78 574,78	85 036,23	121 998,75	85 036,23	36 962,52
Contadores e acessórios	176 258,92	39 206,57	215 465,49	54 419,66	337,43	54 757,09	215 465,49	54 757,09	160 708,40
Contadores	110 976,27	8 537,28	119 513,55	50 454,60	164,82	50 619,42	119 513,55	50 619,42	68 894,13
Outro equipamento	65 282,65	30 669,29	95 951,94	3 965,06	172,61	4 137,67	95 951,94	4 137,67	91 814,27
Iluminação pública	154 833,97	182 611,04	337 445,01	143 926,70	110 173,29	254 099,99	337 445,01	254 100,00	83 345,01
01.01.2015 ^a	952,36	185 294,41	186 246,77	-	258,55	258,55	186 247,00	259,00	185 988,00
Total Específico em BT aceite	1 695 982,46	2 314 212,47	4 010 194,93	899 178,25	748 052,79	1 647 231,04	4 010 194,93	1 647 231,04	2 362 963,89
Total Específico em BT não aceite	111 928,63	193 831,69	305 760,32	50 454,60	423,37	50 877,97	305 760,32	50 877,97	254 882,35
TOTAL Regulado (inclui valor residual das concessões)	1 807 911,09	2 508 044,16	4 315 955,25	949 632,85	748 476,16	1 698 109,01	4 315 955,25	1 698 109,01	2 617 846,24
TOTAL E- REDES (inclui valor residual das concessões)	1 807 911,09	2 508 044,16	4 315 955,25	949 632,85	748 476,16	1 698 109,01	4 315 955,25	1 698 109,01	2 617 846,24

Quadro Concessões BT - Amortização dos Imobilizados

Ano de 2025

0707 Évora - Mora

Unidade: euros

Rubricas	Amortização dos imobilizados em exploração			Amortizações dos subsídios ao investimento			Saldo Final		
	Totalmente amortizado	Em amortização	Valor bruto total	Totalmente amortizado	Em amortização	Subsídios ao investimento total	Valor bruto	Subsídios/ Participações	Valor líquido
Imobilizado Intangível Regulado	1 807 911,09	1 177 553,11	2 985 464,20	949 632,85	451 089,14	1 400 721,99	2 985 464,20	1 400 721,99	1 584 742,21
Imobilizado Intangível Regulado aceite	1 695 982,46	1 115 700,73	2 811 683,19	899 178,25	450 972,11	1 350 150,36	2 811 683,19	1 350 150,36	1 461 532,83
Imobilizado Intangível Regulado não aceite	111 928,63	61 852,38	173 781,01	50 454,60	117,03	50 571,63	173 781,01	50 571,63	123 209,38
Específico em BT	1 807 911,09	1 177 553,11	2 985 464,20	949 632,85	451 089,14	1 400 721,99	2 985 464,20	1 400 721,99	1 584 742,21
Postos Transformação e Seccionamento	412 670,18	433 278,86	845 949,04	152 557,31	87 297,65	239 854,96	845 949,04	239 854,96	606 094,08
Redes aéreas	893 317,67	299 783,54	1 193 101,21	512 578,57	131 306,56	643 885,13	1 193 101,21	643 885,13	549 216,08
Redes subterrâneas	126 724,79	124 923,36	251 648,15	48 424,27	66 125,94	114 550,21	251 648,15	114 550,21	137 097,94
Chegadas aéreas	32 926,08	60 387,35	93 313,43	31 264,89	37 770,34	69 035,23	93 313,43	69 035,23	24 278,20
Chegadas subterrâneas	10 227,12	59 090,99	69 318,11	6 461,45	43 727,39	50 188,84	69 318,11	50 188,84	19 129,27
Contadores e acessórios	176 258,92	17 121,95	193 380,87	54 419,66	56,82	54 476,48	193 380,87	54 476,48	138 904,39
Contadores	110 976,27	4 288,98	115 265,25	50 454,60	10,37	50 464,97	115 265,25	50 464,97	64 800,28
Outro equipamento	65 282,65	12 832,97	78 115,62	3 965,06	46,45	4 011,51	78 115,62	4 011,51	74 104,11
Iluminação pública	154 833,97	125 403,66	280 237,63	143 926,70	84 697,78	228 624,48	280 237,63	228 624,48	51 613,15
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado após 01.01.2015 ^a)	952,36	57 563,40	58 515,76	-	106,66	106,66	58 516,00	107,00	58 409,00
Total Específico em BT aceite	1 695 982,46	1 115 700,73	2 811 683,19	899 178,25	450 972,11	1 350 150,36	2 811 683,19	1 350 150,36	1 461 532,83
Total Específico em BT não aceite	111 928,63	61 852,38	173 781,01	50 454,60	117,03	50 571,63	173 781,01	50 571,63	123 209,38
TOTAL Regulado (inclui valor residual das concessões)	1 807 911,09	1 177 553,11	2 985 464,20	949 632,85	451 089,14	1 400 721,99	2 985 464,20	1 400 721,99	1 584 742,21
TOTAL E- REDES (inclui valor residual das concessões)	1 807 911,09	1 177 553,11	2 985 464,20	949 632,85	451 089,14	1 400 721,99	2 985 464,20	1 400 721,99	1 584 742,21

Quadro Concessões BT - Valor Líquido Contabilístico dos Imobilizados

Ano de 2025

0707 Évora - Mora

Unidade: euros

Rubricas	Amortização dos imobilizados em exploração			Amortizações dos subsídios ao investimento			Saldo Final		
	Totalmente amortizado	Em amortização	Valor bruto total	Totalmente amortizado	Em amortização	Subsídios ao investimento total	Valor bruto	Subsídios/ Participações	Valor líquido
Imobilizado Intangível Regulado	-	1 330 491,05	1 330 491,05	-	297 387,02	297 387,02	1 330 491,05	297 387,02	1 033 104,03
Imobilizado Intangível Regulado aceite	-	1 198 511,74	1 198 511,74	-	297 080,68	297 080,68	1 198 511,74	297 080,68	901 431,06
Imobilizado Intangível Regulado não aceite	-	131 979,31	131 979,31	-	306,34	306,34	131 979,31	306,34	131 672,97
Específico em BT	-	1 330 491,05	1 330 491,05	-	297 387,02	297 387,02	1 330 491,05	297 387,02	1 033 104,03
Postos Transformação e Seccionamento	-	601 038,24	601 038,24	-	84 390,75	84 390,75	601 038,24	84 390,75	516 647,49
Redes aéreas	-	344 608,87	344 608,87	-	96 398,22	96 398,22	344 608,87	96 398,22	248 210,65
Redes subterrâneas	-	74 991,50	74 991,50	-	34 257,42	34 257,42	74 991,50	34 257,42	40 734,08
Chegadas aéreas	-	50 148,79	50 148,79	-	21 585,23	21 585,23	50 148,79	21 585,23	28 563,56
Chegadas subterrâneas	-	52 680,64	52 680,64	-	34 847,39	34 847,39	52 680,64	34 847,39	17 833,25
Contadores e acessórios	-	22 084,62	22 084,62	-	280,61	280,61	22 084,62	280,61	21 804,01
Contadores	-	4 248,30	4 248,30	-	154,45	154,45	4 248,30	154,45	4 093,85
Outro equipamento	-	17 836,32	17 836,32	-	126,16	126,16	17 836,32	126,16	17 710,16
Iluminação pública	-	57 207,38	57 207,38	-	25 475,51	25 475,51	57 207,38	25 475,51	31 731,87
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado após 01.01.2015 ^a)	-	127 731,01	127 731,01	-	151,89	151,89	127 731,01	151,89	127 579,12
Total Específico em BT aceite	-	1 198 511,74	1 198 511,74	-	297 080,68	297 080,68	1 198 511,74	297 080,68	901 431,06
Total Específico em BT não aceite	-	131 979,31	131 979,31	-	306,34	306,34	131 979,31	306,34	131 672,97
TOTAL Regulado (inclui valor residual das concessões)	-	1 330 491,05	1 330 491,05	-	297 387,02	297 387,02	1 330 491,05	297 387,02	1 033 104,03
TOTAL E- REDES (inclui valor residual das concessões)	-	1 330 491,05	1 330 491,05	-	297 387,02	297 387,02	1 330 491,05	297 387,02	1 033 104,03

Do quadro acima resulta o passivo contingente de 1.033.104,03 no final do exercício de 2025.

Concessão E-Redes - Dados provisórios 2025				
Ativo Bruto		Depreciações		Valor Líquido
4 315 955,25 €		2 985 464,20 €		1 330 491,05 €
Subsídio			Espec. Financiamento	
1 698 109,01 €			1 400 721,99 €	297 387,02 €
Passivo Contingente				1 033 104,03 €

Além dos montantes já referidos, o Município recebe e contabiliza as verbas no âmbito de rendas de concessão, que em 2025 ascenderam a 328.096,16 € e que são tratados de acordo com a NCP13 – Rendimentos com contraprestação, tal como previsto no parágrafo 27 da NCP4.

Nota 5. Ativos fixos tangíveis

5.1. Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis, são mensurados e reconhecidos ao custo de aquisição. Considera-se custo de aquisição o valor da compra e todos os custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição indispensáveis para operarem na forma pretendida.

b) Método de depreciação

O método de depreciação utilizado é o método das quotas constantes (ou da linha reta).

c) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As vidas úteis e respetivas taxas de depreciação utilizadas são as que se

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

encontram definidas no *Classificador Complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento* do SNC-AP.

d) Quantia escriturada bruta e líquida

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025 os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

Quadro 5.1 - Ativos fixos tangíveis - variações das amortizações

Rubricas	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	438 380,53 €	- €	- €	438 380,53 €	438 380,53 €	- €	- €	438 380,53 €
Edifícios e outras construções	9 760,97 €	10 156,56 €	- €	395,59 €	9 760,97 €	10 638,72 €	- €	877,75 €
Infraestruturas	39 697 384,79 €	31 432 040,68 €	- €	8 265 344,11 €	39 962 328,09 €	32 173 456,83 €	- €	7 788 871,26 €
Patrimônio histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Bens de domínio público em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	40 145 526,29 €	31 442 197,24 €	- €	8 703 329,05 €	40 410 469,59 €	32 184 095,55 €	- €	8 226 374,04 €
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Infraestruturas	3 986 943,18 €	2 659 011,22 €	- €	1 327 931,96 €	- €	- €	- €	- €
Patrimônio histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos fixos em concessão em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	3 986 943,18 €	2 659 011,22 €	- €	1 327 931,96 €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	1 508 263,04 €	13 201,13 €	- €	1 495 061,91 €	1 553 873,51 €	13 201,13 €	- €	1 540 672,38 €
Edifícios e outras construções	22 493 253,26 €	11 545 082,85 €	- €	10 948 170,41 €	24 671 482,87 €	12 168 690,49 €	- €	12 502 792,38 €
Equipamento básico	5 055 429,89 €	4 309 035,14 €	- €	746 394,75 €	5 266 840,13 €	4 484 466,52 €	- €	782 373,61 €
Equipamento de transporte	2 289 265,95 €	1 561 132,12 €	- €	728 133,83 €	2 553 160,25 €	1 776 487,76 €	- €	776 672,49 €
Equipamento administrativo	439 590,73 €	348 338,76 €	- €	91 251,97 €	479 012,96 €	379 028,55 €	- €	99 984,41 €
Equipamentos biológicos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	908 491,15 €	590 852,20 €	- €	317 638,95 €	1 042 402,23 €	661 608,08 €	- €	380 794,15 €
Ativos fixos tangíveis em curso	1 231 518,39 €	- €	- €	1 231 518,39 €	551 010,77 €	- €	- €	551 010,77 €
	33 925 812,41 €	18 367 642,20 €	- €	15 558 170,21 €	36 117 782,72 €	19 483 482,53 €	- €	16 634 300,19 €
TOTAL	78 058 281,88 €	52 468 850,66 €	- €	25 589 431,22 €	76 528 252,31 €	51 667 578,08 €	- €	24 860 674,23 €

5.2. Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período

A quantia escriturada e as variações do período constam do quadro seguinte:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Quadro 5.2-Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversão de Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	438 380,53 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	438 380,53 €
Edifícios e outras construções	- 395,59 €	- €	- €	- €	- €	- 482,16 €	- €	- 877,75 €
Infraestruturas	8 265 344,11 €	30 906,06 €	234 037,24 €	- €	- €	- 741 416,15 €	- €	7 788 871,26 €
Patrimônio histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Bens de domínio público em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	8 703 329,05 €	30 906,06 €	234 037,24 €	- €	- €	- 741 898,31 €	- €	8 226 374,04 €
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Infraestruturas	1 327 931,96 €	- €	- €	- €	- €	- 65 599,91 €	-1 262 332,05 €	- €
Patrimônio histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos fixos em concessão em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	1 327 931,96 €	- €	- €	- €	- €	- 65 599,91 €	-1 262 332,05 €	- €
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	1 495 061,91 €	50 135,47 €	- €	- €	- €	- €	- 4 525,00 €	1 540 672,38 €
Edifícios e outras construções	10 948 170,41 €	84 454,26 €	2 093 775,35 €	- €	- €	- 623 607,64 €	- €	12 502 792,38 €
Equipamento básico	746 394,75 €	206 196,57 €	5 774,76 €	- €	- €	- 175 992,47 €	- €	782 373,61 €
Equipamento de transporte	728 133,83 €	263 894,30 €	- €	- €	- €	- 215 355,64 €	- €	776 672,49 €
Equipamento administrativo	91 251,97 €	43 934,28 €	- €	- €	- €	- 34 836,32 €	- 365,52 €	99 984,41 €
Equipamentos biológicos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	317 638,95 €	134 444,78 €	- €	- €	- €	- 70 994,38 €	- 295,20 €	380 794,15 €
Ativos fixos tangíveis em curso	1 231 518,39 €	1 653 079,73 €	- 2 333 587,35 €	- €	- €	- €	- €	551 010,77 €
	15 558 170,21 €	2 436 139,39 €	- 234 037,24 €	- €	- €	- 1 120 786,45 €	- 5 185,72 €	16 634 300,19 €
TOTAL	25 589 431,22 €	2 467 045,45 €	- 0,00 €	- €	- €	- 1 928 284,67 €	- 1 267 517,77 €	24 860 674,23 €

Os movimentos ocorridos na coluna "Transferências internas" refletem as transferências de ativos tangíveis em curso para ativos tangíveis fixos.

5.2A-Ativos fixos tangíveis - adições

A desagregação das adições ocorridas no período, no montante de 2.467.045,45 €, constam do quadro seguinte:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Quadro 5.2A-Ativos Fixos Tangíveis – Adições

Rubricas	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Expropriação	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Infraestruturas	- €	30 906,06 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	30 906,06 €
Património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Bens de domínio público em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	- €	30 906,06 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	30 906,06 €
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Infraestruturas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos fixos em concessão em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	- €	19 210,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	30 925,47 €	50 135,47 €
Edifícios e outras construções	- €	84 454,26 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	84 454,26 €
Equipamento básico	- €	205 696,57 €	- €	- €	- €	500,00 €	- €	- €	- €	- €	206 196,57 €
Equipamento de transporte	- €	263 894,30 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	263 894,30 €
Equipamento administrativo	- €	43 934,28 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	43 934,28 €
Equipamentos biológicos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	134 444,78 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	134 444,78 €
Ativos fixos tangíveis em curso	303 917,87 €	1 349 161,86 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	1 653 079,73 €
	303 917,87 €	2 100 796,05 €	- €	- €	- €	500,00 €	- €	- €	- €	30 925,47 €	2 436 139,39 €
TOTAL	303 917,87 €	2 131 702,11 €	- €	- €	- €	500,00 €	- €	- €	- €	30 925,47 €	2 467 045,45 €

5.2B - Ativos fixos tangíveis – diminuições

A desagregação das diminuições ocorridas no período, no montante de 1.267.517,77 €, constam do quadro seguinte:

Quadro 5.2B - Ativos fixos tangíveis – diminuições

Rubricas	Diminuições					
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou Reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Infraestruturas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Patrimônio histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Bens de domínio público em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Infraestruturas	- €	- €	- €	- €	- 1 262 332,05 €	- 1 262 332,05 €
Patrimônio histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos fixos em concessão em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	- €	- €	- €	- €	- 1 262 332,05 €	- 1 262 332,05 €
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	- 4 525,00 €	- €	- €	- €	- €	- 4 525,00 €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento básico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento de transporte	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	- €	- €	- €	- €	- 365,52 €	- 365,52 €
Equipamentos biológicos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- 295,20 €	- 295,20 €
Ativos fixos tangíveis em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	- 4 525,00 €	- €	- €	- €	- 660,72 €	- 5 185,72 €
TOTAL	- 4 525,00 €	- €	- €	- €	- 1 262 992,77 €	- 1 267 517,77 €

Os principais movimentos ocorridos refletem o registro do desconhecimento dos ativos, resultantes do contrato de concessão com a E-Redes, no valor de 1.262.332,05 €.

5.6 Ativos fixos tangíveis - outras divulgações

a) Ativos fixos tangíveis totalmente depreciados ainda em uso

O Município detém Ativos Fixos Tangíveis, totalmente amortizados, mas ainda em estado de uso, no montante de 15.171.368,35 €, de acordo com o quadro seguinte:

Quadro 5.6.a - Outras divulgações de Ativos Fixos Tangíveis -A.F.T.

Totalmente amortizados ainda a uso

Conta	Designação	Valor
43.0	Infraestruturas do domínio público	9 211 080,10 €
43.2	Edifícios e outras construções	760 510,55 €
43.3	Equipamento básico	3 494 409,64 €
43.4	Equipamento de transporte	939 065,53 €
43.5	Equipamento administrativo	310 341,06 €
43.6	Equipamento BIOLÓGICO	0,00 €
43.7	Outros ativos fixos tangíveis	455 961,47 €
	TOTAL	15 171 368,35 €

b) Ativos fixos tangíveis em curso

No final do ano de 2025, os investimentos em curso totalizam o montante de 551.010,77 €, demonstrativo em quadro abaixo:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Quadro 5.6b - Investimentos em curso

MAPA INVESTIMENTOS EM CURSO COM DETALHE				
MUNICÍPIO DE MORA			Ano	2025
Identificação Projecto		Nota Lançamento	Identificação do Documento	
Projeto	Designação	Observações	Ct. Patrimonial	Valor
2024/006	Centro Recolha Animal CRO	PROJETO DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE	45.3.2.8.1.09	12 177,00
2025/1	REQUALIFICAÇÃO DA TRAVESSIA DO LOTEAMENTO MUNICIPAL DA QUINTA	EXECUÇÃO DE EMPREITADA "REQUALIFICAÇÃO DA TRAVESSIA DO	45.3.2.8.1.01	18 045,42
2025/1	REQUALIFICAÇÃO DA TRAVESSIA DO LOTEAMENTO MUNICIPAL DA QUINTA	REQUALIFICAÇÃO DA TRAVESSIA DO LOTEAMENTO MUNICIPAL DA	45.3.2.8.1.01	17 435,41
2025/1	REQUALIFICAÇÃO DA TRAVESSIA DO LOTEAMENTO MUNICIPAL DA QUINTA	EXECUÇÃO DE EMPREITADA "REQUALIFICAÇÃO DA TRAVESSIA DO	45.3.2.8.1.01	4 287,25
2025/1	REQUALIFICAÇÃO DA TRAVESSIA DO LOTEAMENTO MUNICIPAL DA QUINTA	EXECUÇÃO DE EMPREITADA "REQUALIFICAÇÃO DA TRAVESSIA DO	45.3.2.8.1.01	20 512,23
2025/7	REABILITAÇÃO DA ETAR DE MORA	REABILITAÇÃO DA ETAR DE MORA	45.3.2.8.1.05	6 458,32
2025/7	REABILITAÇÃO DA ETAR DE MORA	CONSERVAÇÃO DAS ETAR'S - AUTO 2	45.3.2.8.1.05	28 788,11
2025/7	REABILITAÇÃO DA ETAR DE MORA	CONSERVAÇÃO DAS ETAR'S - AUTO 1	45.3.2.8.1.05	14 468,10
2025/7	REABILITAÇÃO DA ETAR DE MORA	EXECUÇÃO DE EMPREITADA "REABILITAÇÃO DA ETAR DE MORA"	45.3.2.8.1.05	6 592,77
2025/7	REABILITAÇÃO DA ETAR DE MORA	EXECUÇÃO DE EMPREITADA "REABILITAÇÃO DA ETAR DE MORA"	45.3.2.8.1.05	50 144,64
2025/7	REABILITAÇÃO DA ETAR DE MORA	EXECUÇÃO DE EMPREITADA "REABILITAÇÃO DA ETAR DE MORA"	45.3.2.8.1.05	62 571,12
2025/7	REABILITAÇÃO DA ETAR DE MORA	EXECUÇÃO DE EMPREITADA "REABILITAÇÃO DA INSTALAÇÃO ELÉTRICA E IMPLEMENTAÇÃO DE TELEGESTÃO NA ETAR DE MORA"	45.3.2.8.1.05	5 612,53
SISAL			45.5.3	-5 239,26
SISAL			45.5.3	5 239,26
TRB P ENID 25	Trabalhos para a própria entidade 2025	I5973	45.3.2.5	6 322,16
TRB P ENID 25	Trabalhos para a própria entidade 2025	I5566	45.3.2.8.1.05	31 378,62
TRB P ENID 25	Trabalhos para a própria entidade 2025	I5978 ECOCENTRO	45.3.2.8.1.09	23 005,67
TRB P ENID 25	Trabalhos para a própria entidade 2025	I5661 - PISTA PESCA	45.3.2.8.1.09	16 347,88
TRB P ENID 25	Trabalhos para a própria entidade 2025	I9610	45.3.2.8.1.06	6 123,40
TRB P ENID 25	Trabalhos para a própria entidade 2025	I6141	45.3.2.8.1.06	13 428,36
TRB P ENID 25	Trabalhos para a própria entidade 2025	I5567	45.3.2.8.1.06	7 505,98
TRB P ENID 25	Trabalhos para a própria entidade 2025	I5517	45.3.2.8.1.06	36 174,83
TRB P ENID 25	Trabalhos para a própria entidade 2025	I5201 PARQUE FEIRAS	45.3.2.8.1.09	7 676,11
TRB P ENID 25	Trabalhos para a própria entidade 2025	I5504	45.3.2.8.1.01	9 702,44
TRB P ENID 25	Trabalhos para a própria entidade 2025	I9618	45.3.2.8.1.01	14 168,88
TRB P ENID 25	Trabalhos para a própria entidade 2025	I4610	45.3.2.8.1.01	52 114,67
TRB P ENID 25	Trabalhos para a própria entidade 2025	I4780	45.3.2.8.1.01	61 023,76
TRB P ENID 25	Trabalhos para a própria entidade 2025	I6124	45.3.2.8.1.05	5 807,65
TRB P ENID 25	Trabalhos para a própria entidade 2025	I6106 FLUVIÁRIO	45.3.2.1.2	13 137,46
			TOTAL.....	551 010,77 €

Apresenta-se seguidamente, os principais ativos fixos tangíveis em curso à data de 31/12/2025. Ressalva-se que alguns bens já existiam e que foram ou estão a ser objeto de melhoramentos, reconstruções ou conservação.

Listagem de Obras em curso			
Refª	Designação	Valor do Contrato	% concluída
AD-11-25	Reabilitação do Parque Infantil do Parque Ecológico do Gameiro	6 698,30 €	34%
AD-40-25	Requalificação da Travessia do Loteamento Municipal da Quinta da Laranjinha em Cabeção - Trabalhos Complementares	22 916,68 €	0%
CP-06-25	Reabilitação do Parque Infantil do Jardim Público de Mora	21 996,15 €	17%
CP-07-25	Reabilitação da ETAR de Mora	149 598,52 €	99%
CP-08-25	Reabilitação da Instalação Elétrica e Implementação de Telegestão na ETAR de Mora	19 498,79 €	97%
CP-11-25	Reabilitação da Cobertura do Pavilhão Municipal de Mora	45 971,50 €	0%
CP-12-25	Reabilitação dos Parques Infantis do Concelho de Mora	94 296,20 €	9%
CP-28-25	Climatização da Ala Poente do Edifício dos Paços do Concelho em Mora	14 500,00 €	0%
CPN-04-23	Construção da Oficina da Criança em Mora	898 163,03 €	100%
CP-43-24	Requalificação da Travessia do Loteamento Municipal da Quinta da Laranjinha em Cabeção - Fase 1	81 244,05 €	70%

Nota 6. Locações financeiras

O Município de Mora detém um contrato de locação financeira, efetuado para aquisição de uma viatura elétrica, cuja quantia escriturada líquida é de 4.176,94 €.

Nota 7. Custo de empréstimos obtidos

No final do exercício de 2025 o município tem 2 empréstimos contratados, enquadrados no artigo 51º do REFALEI, destinados a financiar investimentos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Financiamentos	31/12/2025			31/12/2024		
	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	TOTAL	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	TOTAL
Empréstimos financiamento	85 825,52 €	94 235,33 €	180 060,85 €	177 586,94 €	180 439,63 €	358 026,57 €
- CGD	85 825,52 €	94 235,33 €	180 060,85 €	177 586,94 €	180 439,63 €	358 026,57 €
- BPI	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Locações Financeiras	4 176,94 €	- €	4 176,94 €	6 437,56 €	3 863,10 €	10 300,66 €
TOTAL	90 002,46 €	94 235,33 €	184 237,79 €	184 024,50 €	184 302,73 €	368 327,23 €

Apresentamos de seguida o mapa de empréstimos detalhado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

MAPA DE EMPRÉSTIMOS																												
PERÍODO DO ANO		MÉTODO DE CÁLCULO PARA A DÍVIDA NO INÍCIO / FIM DO PERÍODO						(MUNICÍPIO DE MORA)																				
CONTABILÍSTICO DE		PELOS VALORES AMORTIZADOS NAS LINHAS DO EMPRÉSTIMO																										
2025																												
Tipo de Empréstimo	IDENTIFICAÇÃO DO EMPRÉSTIMO		Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	VISTO DO TC		Finalidade do Empréstimo	CAPITAL		PAGAMENTOS EFETUADOS									MONTANTES VENCIDOS E NÃO PAGOS EM 31/12			CAPITAL EM DÍVIDA NO ANO N		AMORTIZAÇÕES MÉDIAS DE CAPITAL EMPRÉSTIMOS CONTRATADOS			FUNDAMENTO LEGAL (c)
	Número Contrato	Número Instituição				N.º de registo	Data		Contratado	Utilizado	Amortização do capital			Juros			Outros encargos (a)			Capital	Juros	Outros encargos (a)	Em 01.01	Em 31.12	até 31/12/2013 (b)	após 01/01/2014		
											Até N	Ano N	Prev. após N	Até N	Ano N	Prev. após N	Até N	Ano N	Prev. após N									
Curto Prazo																												
Total CP																												
Médio e Longo Prazo									3 000 000,00	3 000 000,00	2 641 973,43	177 965,72	180 060,85	539 706,39	9 507,35	22 548,48	0,00	16,60	24,90	0,00	0,00	0,00	358 026,57	180 060,85	184 660,05	0,00		
Não isentos									3 000 000,00	3 000 000,00	2 641 973,43	177 965,72	180 060,85	539 706,39	9 507,35	22 548,48	0,00	16,60	24,90	0,00	0,00	0,00	358 026,57	180 060,85	184 660,05	0,00		
	901500461459	0035	29/11/2005	20	20	3002	29/12/2005	Investimento (financiament o projectos comparticipad os por fundos comunitários) (CONSTRUÇÃO DO FLUVIÁRIO DE MORA (I))	1 500 000,00	1 500 000,00	1 408 085,16	91 914,84	0,00	310 543,42	1 991,19	0,00		8,30					91 914,84		88 410,67			
	901500551879	0035	02/10/2007	20	18	1232	08/11/2007	Investimento (financiament o projectos comparticipad os por fundos comunitários) (CONCLUSÃO DO OBJECTIVO/PRO GRAMA - TURISMO; PROJECTO/ACÇ ão - PROJECTO E IMPLEMENTAÇ ão DO FLUVIÁRIO DE MORA)	1 500 000,00	1 500 000,00	1 233 888,27	86 050,88	180 060,85	229 162,97	7 516,16	22 548,48		8,30	24,90				266 111,73	180 060,85	96 249,38			
Total MLP																												
TOTAL									3 000 000,00	3 000 000,00	2 641 973,43	177 965,72	180 060,85	539 706,39	9 507,35	22 548,48	0,00	16,60	24,90	0,00	0,00	0,00	358 026,57	180 060,85	184 660,05	0,00		
(a) Identificando cada um dos mesmos, designadamente, impostos, comissões e outros encargos a especificar																												
(b) Para efeitos deste cálculo, deverá tomar-se por referência os valores em dívida em 01/01/2014, constante do mapa 8.3.1 (empréstimos), que integra o correspondente processo de prestação de contas																												
(c) Empréstimos que não são considerados para efeitos de cálculo da Dívida Total																												

Nota 8. Propriedades de investimento

O Município de Mora não tem ativos reconhecidos como propriedades de investimento.

Nota 9. Imparidade de Ativos

Os movimentos de perdas e reversão de Imparidade de Ativos estão refletidos nos quadros seguintes:

Q9.1 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

Ativo	Natureza	31/12/2025		
		Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos	Gerador de caixa	47 016,05 €	- €	47 016,05 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	Gerador de caixa	- €	- €	- €
Cientes, contribuintes e utentes	Gerador de caixa	63 227,15 €	27 432,75 €	35 794,40 €
Outras contas a receber	Gerador de caixa	777 177,32 €	- €	777 177,32 €
Mercadorias	Gerador de caixa	70 063,36 €	- €	70 063,36 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Não gerador de caixa	123 399,37 €	- €	123 399,37 €
Investimentos financeiros	Gerador de caixa	225 607,50 €	- €	225 607,50 €
Propriedades de investimento	Gerador de caixa	- €	- €	- €
Ativos fixos tangíveis	Não gerador de caixa	76 528 252,31 €	- €	76 528 252,31 €
Ativos intangíveis	Não gerador de caixa	200 780,56 €	- €	200 780,56 €

Q9.2 Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa – Aumentos e diminuições

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia escriturada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outros diminuições	Total diminuições	
Cientes, contribuintes e utentes	118 067,46 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	82 273,06 €	82 273,06 €	35 794,40 €
Mercadorias	80 655,60 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	10 592,24 €	10 592,24 €	70 063,36 €
Matérias-primas, subsid.e de consumo	108 191,78 €	- €	15 207,59 €	- €	15 207,59 €	- €	- €	- €	- €	123 399,37 €
TOTAL	306 914,84 €	- €	15 207,59 €	- €	15 207,59 €	- €	- €	92 865,30 €	92 865,30 €	229 257,13 €

Nota 10. Inventários

Os inventários encontram-se mensuradas pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inicial inclui o gasto com a aquisição, bem como os gastos adicionais de compra incorridos para colocar os inventários no seu local nas suas condições atuais.

O método de custeio adotado pelo Município é o Custo Médio Ponderado.

a) Quantia bruta e líquida do período

Quadro 10.1 - Inventários

Rubricas	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	70 063,36 €	- €	70 063,36 €	80 655,60 €	- €	80 655,60 €
consumo	123 399,37 €	- €	123 399,37 €	125 710,12 €	17 518,34 €	108 191,78 €
Matérias primas	77 246,28 €	- €	77 246,28 €	- €	- €	- €
Matérias subsidiárias	3 582,89 €	- €	3 582,89 €	- €	- €	- €
Peças e outros materiais de manutenção	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Alimentação – géneros para confeccionar	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros materiais diversos de consumo	42 570,20 €	- €	42 570,20 €	830 157,30 €	- €	830 157,30 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €	- €	- €	- €
refugos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos e trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €
TOTAL	193 462,73 €	- €	193 462,73 €	206 365,72 €	17 518,34 €	188 847,38 €

b) Movimentos do período

Quadro 10.2 - Inventários: movimentos do período

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
Mercadorias	80 655,60 €	21 777,84 €	32 370,08 €	- €	- €	- €	- €	- €	70 063,36 €
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	108 191,78 €	326 453,93 €	324 281,05 €	- €	- €	17 518,34 €	6 194,14 €	1 710,51 €	123 399,37 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos e trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
TOTAL	188 847,38 €	348 231,77 €	356 651,13 €	- €	- €	17 518,34 €	6 194,14 €	1 710,51 €	193 462,73 €

c) Apuramento do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Quadro 10.3 - CMVMC

	2025		
	Mercadorias	Matérias Primas Subs.Consumo	Total
Existências iniciais	80 655,60 €	108 191,78 €	188 847,38 €
Compras	21 777,84 €	326 453,93 €	348 231,77 €
Regularização de existências e outras	- €	13 034,71 €	13 034,71 €
Existências finais	70 063,36 €	123 399,37 €	193 462,73 €
Custo das merc.vend.mat.consumidas	32 370,08 €	324 281,05 €	356 651,13 €

Nota 13. Transações com contraprestação

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

Venda de Bens - O rendimento é reconhecido aquando da transmissão e passagem de direitos e responsabilidades.

Prestação de Serviços - O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Juros - O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados através do juro efetivo. Dividendos - O rendimento é reconhecido quando colocado à disposição.

b) Quantia de cada categoria de rendimentos

As prestações de serviços e outros rendimentos, efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tem a seguinte decomposição:

Rendimento de transações com contraprestação até 31/12/2025

	31/12/2025	31/12/2024
Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido	Rendimento do período reconhecido
Prestações de Serviços	1 030 327,73 €	1 067 145,06 €
Venda de bens	343 363,27 €	402 820,29 €
Juros	- €	- €
Royalties	- €	- €
Dividendos ou distribuições similares	- €	- €
Rendas em propriedades de investimento	- €	- €
Outros rendimentos	2 775,00 €	- €
TOTAL	1 376 466,00 €	1 469 965,35 €

Nota 14. Rendimento de transações sem contraprestação

Estas transações encontram-se divididas em transferências e impostos, sendo que, as transferências refletem os influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes destas mesmas transações; e os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço pago ou a pagar a entidades públicas, conforme disposições legais estabelecidas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a rubrica de transferências e impostos evidenciava a seguinte composição:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Rendimento de transações sem contraprestação até 31/12/2025

	31/12/2025				
Tipo de transação sem contraprestação	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido/Passivo	Início do período	Final do período	
Impostos diretos	858 340,96 €	- €	9 993,11 €	- €	- €
Impostos indiretos	15 769,96 €	- €	- €	- €	- €
proteção	- €	- €	- €	- €	- €
	- €		- €	- €	
Taxas	66 490,07 €	- €	409,23 €	583,15 €	- €
Multas e outras penalidades	641,52 €	- €	- €	- €	- €
Transferências sem condição	6 779 340,61 €	1 710 280,00 €	- €	- €	- €
Transferências com condição	- €	272 662,89 €	51 548,35 €	41 608,35 €	- €
Subsídios sem condição	- €	- €	- €	- €	- €
Subsídios com condição	- €	- €	- €	- €	- €
Legados, ofertas e doações	- €	773,08 €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €
TOTAL	7 720 583,12 €	1 983 715,97 €	61 950,69 €	42 191,50 €	- €

Encontram-se inscritos na rubrica impostos diretos, os rendimentos relativos a Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Derrama e Imposto Único de Circulação (IUC) e na rubrica de impostos indiretos, o Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de Imóveis (IMT) e a Sisa, de acordo com o classificador económico da UNILEO.

Na rubrica Transferências sem condições, foram considerados os valores associados à participação variável em:

- Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS), no valor de 184 476,00 €;
- Transferência de Competências para as Autarquias Locais, no valor de 975 866,00 €;
- Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), no valor de 32 720,00 €.

Nota 15. Provisões, Passivos e Ativos Contingentes

PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

como resultado de um acontecimento passado, em que seja provável que seja exigido um exfluxo de recursos, incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço, para pagar essa obrigação e possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

No Município de Mora existem processos judiciais em curso, mas que não estão refletidos na contabilidade, em provisões. Assim os processos em causa são os seguintes:

Mapa dos processos judiciais pendentes em 31.12.2025									
Categoria	Tribunal	N.º Processo	Tipo	Autor(es)	Réu(s)	Pedido/Objeto	Valor Reclamado (€)	Situação Atual	Risco Previsível
Município/Câmara como Autor	Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, Juízo Local Cível do Montijo	1002/21.9T8MTJ	Ação declarativa (processo comum)	Município de Mora	Hélder Ribeiro Soares, Unipessoal, Lda	Restituição de quantia acrescida de juros legais	4 578,80	Sentença favorável ao Município; corre execução da sentença	Não é previsível responsabilidade financeira
Município/Câmara como Réu	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	2593/23.5BELSB	Ação administrativa	João José Tavares da Silva D'Orey Roquette; Maria João Oliveira Rodrigues D'Orey Roquette	Município de Mora	Indemnização por danos patrimoniais, incapacidade, privação do uso, perda de chance e danos morais	35 780,96	Contestação apresentada; aguarda tramitação posterior	Não é previsível responsabilidade financeira, embora dependa da prova a produzir
Município/Câmara como Réu	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	79/24.0BEBJA	Ação administrativa	Carlos Alberto Pires Barros	Município de Mora	Indemnização por danos patrimoniais e não patrimoniais	80 110,00	Contestação apresentada; aguarda restante tramitação	Não é previsível responsabilidade financeira, mas poderá suportar parte dos danos se a factualidade for provada

Resumo executivo	
Total de processos	3
Município como autor	1
Município como réu	2
Tribunal cível	1
Tribunal administrativo	2
Valor total reclamado (€)	120 469,76
Observações	
• Custas processuais potenciais: montante global inferior a 3.000 €	
• Não foi indicado seguro ou mecanismo equivalente de transferência de responsabilidade.	
• Não foram assinaladas outras reclamações ou responsabilidades conhecidas após 31.12.2025.	

PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes são:

- i. Obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço; ou
- ii. Obrigações presentes, que não satisfazem os critérios de reconhecimento da NCP 15 (por isso não são reconhecidos sob a forma de provisão), quer porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para extinguir a obrigação, quer porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.

Apresentam-se assim os processos judiciais em curso sobre os quais foi efetuada uma apreciação jurídica de risco, e constituídas as respetivas provisões pelos valores indicados. Relativamente aos processos onde não se verifique as condições para reconhecimento de provisão, são apresentados os mesmos para os efeitos de divulgação dos passivos contingentes.

No Município de Mora, não existem passivos contingentes.

Nota 17. Acontecimentos após data de balanço

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 22 de abril de 2026, pelo órgão executivo do Município.

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

O Município acompanhou a evolução da situação geopolítica associada ao conflito no Médio Oriente, atendendo ao seu potencial impacto na evolução dos preços da energia, combustíveis, bens e serviços, bem como na execução de contratos e empreitadas.

À data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, e com base na avaliação efetuada, não foram identificados impactos materialmente relevantes que justifiquem ajustamentos adicionais às quantias reconhecidas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Não obstante, subsiste um contexto de incerteza quanto à evolução futura dos preços e aos seus eventuais efeitos nos custos de funcionamento e de investimento, motivo pelo qual o Município continuará a monitorizar esta situação.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Nota 18. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros - ativos e passivos, apresentam-se nos quadros abaixo:

a) Ativos Financeiros

Q18.1 – Ativos Financeiros								
Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros			31.12.2025			31.12.2024		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros	Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida em resultados	1421.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		1431.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		41. Se MEP	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		Subtotais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Ativos financeiros ao custo amortizado menos imparidade	Devedores p/ transf.sub.emp.bonif.						
		201. - Dev. por transf. e sub. não reemb.	47 016,05 €	0,00 €	47 016,05 €	53 670,10 €	0,00 €	53 670,10 €
		203. - Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		Clientes, contribuintes e utentes						
		211 - Clientes c/c	23 423,78 €	0,00 €	23 423,78 €	99 412,30 €	0,00 €	99 412,30 €
		213 - Contribuintes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9 993,11 €	0,00 €	9 993,11 €
		214 - Utentes	583,15 €	0,00 €	583,15 €	409,23 €	0,00 €	409,23 €
		215 - Cobrança duvidosa - 219. Imparidades	39 220,22 €	27 432,75 €	11 787,47 €	29 266,00 €	21 013,18 €	8 252,82 €
		Outros ativos						
		23802 + 23822 - Pessoal	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		24 - Estado e out.ent.públicos	24 107,90 €	0,00 €	24 107,90 €	18 381,05 €	0,00 €	18 381,05 €
		2720+2721 - Dev. por acréscimos	700 718,90 €	0,00 €	700 718,90 €	551 980,20 €	0,00 €	551 980,20 €
		228+ 2713 - Adiantamentos a fornecedores	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		2772 ; 27891 - Devedores diversos (-) 2791 Perdas p/ imparidades; 27811	76 458,42 €	0,00 €	76 458,42 €	134 886,07 €	0,00 €	134 886,07 €
		11.+12.+13. - Outros ativos financeiros	2 772 573,08 €	0,00 €	2 772 573,08 €	3 397 359,66 €	0,00 €	3 397 359,66 €
		41 Participações financeiras	225 607,50 €	0,00 €	225 607,50 €	225 607,50 €	0,00 €	225 607,50 €
		Subtotais	3 909 709,00 €	27 432,75 €	3 882 276,25 €	4 520 965,22 €	21 013,18 €	4 499 952,04 €
	Instrumentos de património líquido mensurados ao custo						0,00 €	
		...					0,00 €	
		Subtotais					0,00 €	
		Totais	3 909 709,00 €	27 432,75 €	3 882 276,25 €	4 520 965,22 €	21 013,18 €	4 499 952,04 €

O peso determinante de ativos financeiros encontra-se nas disponibilidades de caixa e seus equivalentes.

Os devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, representam os valores dos pedidos de pagamento ainda não recebidos de projetos financiados.

Os devedores por acréscimos e outros devedores desagregam-se em:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Outras contas a receber	31/12/2025	31/12/2024
Ativo corrente		
Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)	700 718,90 €	551 980,20 €
Devedores por acréscimos de rendimentos	700 718,90 €	551 980,20 €
Juros a receber e outros rendimentos financeiros	- €	- €
Outros acréscimos de rendimentos	127 101,90 €	184 073,20 €
Impostos e taxas imputados ao período	573 617,00 €	367 907,00 €
Outros devedores	76 458,42 €	134 886,07 €
Devedores por alienação de ativos fixos	3 690,00 €	8 879,45 €
Outros devedores	72 768,42 €	126 006,62 €
Cauções - Entregues a terceiros	- €	- €
Outros ativos financeiros	- €	- €
Devedores por empréstimos não bonificados	- €	- €
Totais	777 177,32 €	686 866,27 €

b) Passivos Financeiros

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de passivos financeiros			31/12/2025			31/12/2024		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados	Credores p/transf.sub.emp.bonif.						
		202 - Cred. por transf. e sub. não reemb.	350 249,20 €	- €	350 249,20 €	399 118,14 €	- €	399 118,14 €
		204 - Cred. por emp.bon.e sub. reembolsáveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
		218 - Adiantamento de clientes	- €	- €	- €	- €	- €	- €
		22 Fornecedores	243 629,44 €	- €	243 629,44 €	267 351,65 €	- €	267 351,65 €
		Outros passivos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
		23 - Pessoal	- €	- €	- €	- €	- €	- €
		24 - Estado e out.ent.públicos	113 424,87 €	- €	113 424,87 €	123 390,60 €	- €	123 390,60 €
		271 - Fornecedores de investimentos	80 730,36 €	- €	80 730,36 €	98 625,30 €	- €	98 625,30 €
		2722 - Cred. por acréscimos	600 791,86 €	- €	600 791,86 €	529 977,61 €	- €	529 977,61 €
		208.+276.+277.+2785.+27892. - Credores diversos	86 478,68 €	- €	86 478,68 €	114 153,21 €	- €	114 153,21 €
		- Rendimentos a reconhecer	- €	- €	- €	- €	- €	- €
		25 Financiamentos obtidos	184 237,79 €	- €	184 237,79 €	368 327,23 €	- €	368 327,23 €
		Subtotais	1 659 542,20 €	- €	1 659 542,20 €	1 900 943,74 €	- €	1 900 943,74 €
	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	...			- €			- €
		...			- €			- €
		Subtotais			- €			- €
	Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade	...			- €			- €
		...			- €			- €
		Subtotais			- €			- €
		Totais	1 659 542,20 €	- €	1 659 542,20 €	1 900 943,74 €	- €	1 900 943,74 €

É de salientar o valor de 350 249,20 € que se refere ao reconhecimento do contrato de Eficiência Energética celebrado através da CIMAC.

Os fornecedores resultam da atividade normal do Município enquanto dívidas correntes e os fornecedores de investimentos reportam às dívidas de investimento desenvolvidas.

Os credores por acréscimos e credores diversos desagregam-se de acordo com

as seguintes componentes:

Outras contas a pagar	31/12/2025	31/12/2024
Passivo não corrente		
- Cauções	66 311,02 €	78 358,30 €
- Cauções	66 311,02 €	78 358,30 €
Passivo corrente		
- Credores por acréscimos de gastos	600 791,86 €	529 977,61 €
- Remunerações a Liquidar	464 980,20 €	448 707,07 €
- Juros a liquidar e outros gastos financeiros	- €	- €
- Outros acréscimos de gastos	135 811,66 €	81 270,54 €
- Outros devedores e credores por transferências e subsídios	- €	- €
- Credores por subscrições não liberadas	- €	- €
- Outros credores	20 167,66 €	35 794,91 €
- Outros credores	20 167,66 €	35 794,91 €
Totais	687 270,54 €	644 130,82 €
Adiantamentos de Clientes	- €	- €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	- €	- €

c) Participações Financeiras

Q18.3 – Participações Financeiras

	31/12/2024	Aumento	Redução	31/12/2025
Participações sociais				
Fundo de Apoio Municipal	225 607,50 €	- €	- €	225 607,50 €
Outras participações de capital	- €	- €	- €	- €
TOTAIS	225 607,50 €	- €	- €	225 607,50 €

Nota 19. Benefícios dos Empregados

Os benefícios de curto prazo dos trabalhadores incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal, e quaisquer outras retribuições adicionais, tais como trabalho extraordinário, subsídio de prevenção, trabalho noturno e abonos variáveis.

Todo o pessoal ao serviço do Município, foi remunerado de acordo com as suas funções durante o exercício. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e a subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Em 31 de dezembro de 2025, os acréscimos de férias e subsídio de férias, nas rubricas de Gastos com Pessoal, decompõe-se como se segue:

Quadro: Acréscimo de gastos

Designação	2025				
	Remuneração (1)	Sub. Férias (2)	Encargos CGA (3)	Encargos TSU (4)	Total com Encargos {1}+{2}+{3}+{4}
Pessoal - CGA	50 080,58 €	50 080,58 €	23 788,27 €	- €	123 949,43 €
Pessoal - TSU	124 308,83 €	124 308,83 €	- €	59 046,69 €	307 664,35 €
Eleitos - CGA	5 144,25 €	5 144,25 €	- €	- €	10 288,50 €
Eleitos - TSU	- €	- €	- €	2 443,52 €	2 443,52 €
TOTAL	179 533,66 €	179 533,66 €	23 788,27 €	61 490,21 €	444 345,80 €

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas de Gastos com Pessoal, apresentam a seguinte evolução:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Gastos com o pessoal	2025	2024
Remunerações Órgãos Autárquicos	118 259,42 €	129 280,79 €
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	53 692,40 €	56 866,15 €
Remunerações do pessoal	3 764 398,25 €	3 346 188,21 €
- Remuneração base	2 748 729,91 €	2 372 350,26 €
- Subsídios de férias	226 502,53 €	204 593,75 €
- Subsídios de Natal	237 587,00 €	215 099,89 €
- Despesas de representação	7 707,62 €	7 778,51 €
- Subsídio de refeição	269 580,00 €	264 162,00 €
- Gratificações	- €	- €
- Suplementos e prémios	- €	- €
- Outros suplementos	- €	- €
- Abonos variáveis ou eventuais	274 291,19 €	282 203,80 €
Pensões	- €	- €
Indemnizações	- €	- €
Encargos s/ Remunerações	860 135,90 €	800 750,40 €
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	55 095,99 €	33 801,73 €
Gastos de ação social	- €	- €
Outros gastos com o pessoal	5 650,90 €	11 183,56 €
Outros encargos sociais	6 495,48 €	6 773,63 €
Totais	4 863 728,34 €	4 384 844,47 €

Verifica-se um aumento percentual de 10,72% no total dos gastos com pessoal face ao ano 2024.

Nota 22. Interesses em outras entidades

Apresenta-se a participação do Município, nos quadros abaixo:

a) Entidades Participadas

O Município de Mora não tem Entidades participada

b) Participação em Entidades Societárias

O Município de Mora não tem participação em Entidades Societárias.

c) Participação em Entidades não Societárias

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Entidade participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital estatutário	Contribuição			Obs.
Denominação	N.I.P.C.				Em 2025	Forma da realização		
						Meios monetários	Em espécie	
1	2	3	4	5	6	7	8	9
Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	Ass. Municípios	94110	0,00	5 084,62 €	5 084,62 €		Contribuição valor quota 2025
CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	509364390	Ass. Municípios de Fins Múltiplos	84113	0,00	140 219,76 €	140 219,76 €		Contribuição valor quota 2025
AMPV - Associação de Municípios Portugueses do Vinho	508038430	Ass. Municípios de Fins Específicos	94110	0,00	1 000,00 €	1 000,00 €		Contribuição valor quota 2025
Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2	514051744	Ass. Sem fins Lucrativos sem Utilidade Pública	94995	0,00	2 500,00 €	2 500,00 €		Contribuição valor quota 2025

Apresenta-se de seguida o apuramento da dívida total.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Capacidade de Endividamento				
Receita corrente		01/01/2025	31/12/2025	01/01/2026
2025				9 079 744,34 €
2024		8 765 704,21 €	8 765 704,21 €	8 765 704,21 €
2023		7 978 209,28 €	7 978 209,28 €	7 978 209,28 €
2022		7 211 679,77 €	7 211 679,77 €	
Média		7 985 197,75 €	7 985 197,75 €	8 607 885,94 €
Limite		11 977 796,63 €	11 977 796,63 €	12 911 828,92 €
Passivo				
20.2		399 118,14 €	350 249,20 €	350 249,20 €
20.4		- €	- €	- €
21.8		- €	- €	- €
22.1		92 668,34 €	15 949,81 €	15 949,81 €
22.2		- €	- €	- €
22.5		174 683,31 €	227 679,63 €	227 679,63 €
22.6		- €	- €	- €
23.		- €	- €	- €
24.2		20 935,86 €	18 950,45 €	18 950,45 €
24.3		- €	- €	- €
24.4		- €	- €	- €
24.5		102 363,57 €	94 383,25 €	94 383,25 €
24.9		91,17 €	91,17 €	91,17 €
25.		368 327,23 €	184 237,79 €	184 237,79 €
27.1		98 625,30 €	80 730,36 €	80 730,36 €
27.2.2		529 977,61 €	600 791,86 €	600 791,86 €
27.5		- €	- €	- €
27.6		- €	- €	- €
27.7		78 358,30 €	66 311,02 €	66 311,02 €
27.8.5		1 094,36 €	1 109,01 €	1 109,01 €
27.8.9.2		34 700,55 €	19 058,65 €	19 058,65 €
28.2.2		435 709,26 €	92 021,00 €	92 021,00 €
29.		- €	- €	- €
Passivo Total		2 336 653,00 €	1 751 563,20 €	1 751 563,20 €
Excecionado		0,00	0,00 €	0,00 €
Credores por acréscimos		-529 977,61 €	-600 791,86 €	-600 791,86 €
Rendimentos a Reconhecer		-435 709,26 €	-92 021,00 €	-92 021,00 €
Provisões		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Operações de Tesourria		-80 706,62 €	-68 812,34 €	-88 213,38 €
Endividamento		1 290 259,51 €	989 938,00 €	970 536,96 €
Entidades que relevam				
Entidades que relevam				
Total das entidades que relevam				
Margem		10 687 537,12 €	10 987 858,63 €	11 941 291,96 €
Margem disponível 01-01-2025	40%	4 275 014,85 €		
Margem disponível 31-12-2025			4 575 336,36 €	
Margem a 01-01-2026				11 941 291,96 €
Margem disponível 01-01-2026	40%			4 776 516,78 €
Nível face à média		29,3%	21,9%	20,3%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Entidades	Receita Corrente Líquida Cobrada				Limite ano N	Dívida Total ano N	Valor absoluto
	Ano N-3	Ano N-2	Ano N-1	Média			
(1)				(5) = [(2)+(3)+(4))/3	(6) = 1,5 * (5)	(7)	(8) = (7) - (6)
Município	7 211 679,77 €	7 978 209,28 €	8 765 704,21 €	7 985 197,75 €	11 977 796,63 €	989 938,00 €	- 10 987 858,63 €
Serviços Municipalizados	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Serviços Intermunicipalizados	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Entidades intermunicipais - Área	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Entidades intermunicipais - Comunidade	- €	- €	- €	- €	- €	18 586,91 €	18 586,91 €
Entidades associativas municipais - Associações de Freguesias	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Entidades associativas municipais - Associações de Municípios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Empresas locais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Empresas participadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Cooperativas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Fundações	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Entidades de outra natureza	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total:	7 211 679,77 €	7 978 209,28 €	8 765 704,21 €	7 985 197,75 €	11 977 796,63 €	1 008 524,91 €	- 10 969 271,72 €

Entidades relevantes para efeitos da dívida total					
Entidades	Tipo	Dívida (Balanço)	Exceto Op. Tesouraria	Participação / quota parte	Dívida total
CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	Entidades intermunicipais - Comunidade Intermunicipal	415 814,54 €	0,00	4,47%	18 586,91 €

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Resumo (por tipo de entidade relevante para efeitos da dívida total)				
Tipo	Dívida (Balanço)	Exceto Op. Tesouraria	Participação / quota parte	Dívida total
Serviços Municipalizados	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Serviços Intermunicipalizados	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Entidades intermunicipais - Área Metropolitana	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Entidades intermunicipais - Comunidade Intermunicipal	415 814,54 €	0,00€	4,47%	18 586,91 €
Entidades associativas municipais - Associações de Freguesias	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Entidades associativas municipais - Associações de Municípios	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Empresas locais	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Empresas participadas	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Cooperativas	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Fundações	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Entidades de outra natureza	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€

Nota 23. Outras Divulgações

Apresentam-se os detalhes de algumas rubricas do balanço e demonstração de resultados.

23.1- Diferimentos do ativo e passivo corrente

Quadro 23.1 Diferimentos ativos		
Diferimentos ativos	2025	2024
Gastos a reconhecer		
Transferências e subsídios concedidos com condições	350 249,20 €	399 118,14 €
Outros	104 523,53 €	94 771,35 €
Totais	454 772,73 €	493 889,49 €

Quadro 23.2 Diferimentos passivos		
Diferimentos passivos	2025	2024
Rendimentos a reconhecer	92 021,00 €	1 512 147,31 €
- Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	92 021,00 €	435 709,26 €
- Cooperação Técnica e financeira	92 021,00 €	435 709,26 €
- FEDER	0,00 €	0,00 €
- Outros	0,00 €	1 076 438,05 €
Totais	92 021,00 €	1 512 147,31 €

Na rubrica de diferimentos passivos estão reconhecidas as transferências e subsídios de capital obtidos, que se encontram condicionados à execução da obra/atividade/serviço, sendo regularizadas após o ativo estar disponível para uso e à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos respectivos ativos.

23.2 - Património líquido

Quadro 23.2 - Património Líquido			
Conta	Rubrica	Saldo inicial	Saldo final
51	Património / Capital	30 305 672,53 €	30 305 672,53 €
55	Reservas	- €	- €
56	Resultados transitados	- 12 783 153,51 €	- 13 448 154,47 €
57	Ajustamentos em ativos financeiros	- €	- €
59	Outras variações no património líquido	10 503 142,00 €	11 775 092,92 €
Total		28 025 661,02 €	28 632 610,98 €

Ao longo do ano de 2025, nas contas do Património do Município, foram registados vários movimentos, nomeadamente, nas seguintes contas:

- Conta 561 - Resultados transitados de anos anteriores, provenientes do Resultado Líquido do Exercício de 2024, no valor de 665 000,96 €;
- Conta 59 - Outras variações no património líquido, sofreu um aumento de 1 271 950,92 €, essencialmente resultantes da incorporação no património de bens imóveis que vieram à posse do Município, na sequência de obras financiadas como a Oficina da Criança e o CACI.

23.3 - Rendimentos e Ganhos

A totalidade dos rendimentos e ganhos, classificados por natureza, no exercício de 2025 ascendeu a 10 504 446,55 €, tendo-se verificado um aumento percentual de 3,48 %, face ao exercício do ano de 2024, conforme descrito no quadro infra:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Quadro 23.3 Rendimentos e Ganhos

RENDIMENTOS E GANHOS	2025	2024
70 Impostos, contribuições e taxas	941 242,51 €	788 198,84 €
71 Vendas	343 363,27 €	402 820,29 €
72 Prestações de serviços e concessões	1 030 327,73 €	1 067 145,06 €
73 Variações nos inventários da produção	- €	- €
74 Trabalhos para a própria entidade	303 917,87 €	552 147,22 €
75 Transferências e subsídios correntes obtidos	6 779 340,61 €	6 523 496,62 €
76 Reversões	- €	- €
77 Ganhos por aumentos de justo valor	- €	- €
78 Outros rendimentos	1 106 527,64 €	817 573,67 €
79 Juros, dividendos e out. rendimentos similares		
Totais	10 504 719,63 €	10 151 381,70 €

De salientar que ao nível dos Impostos, contribuições e taxas (conta 70), verifica-se um aumento na ordem dos 153 mil euros, face ao ano anterior, sendo que as rubricas da Derrama bem como o IMT foram as que mais contribuíram para esta variação.

No que se refere à conta de Prestações de serviços e concessões (conta 72), verificou-se uma diminuição de 36 817,33€, em parte por via do contrato de concessão com a E-Redes.

O acréscimo ocorrido na conta 75, em 255 843,99 €, está relacionado com o aumento dos rendimentos provenientes da participação do Município nos impostos do Estado (artigo 35º Lei n.º 73/2013), em cerca de 436 M€.

Contudo, também se verificou uma redução nas transferências que respeitam ao FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro e à Participação do IVA, nos valores de cerca de 238 M€ e 45M€, respetivamente.

23.4 - Gastos e Perdas

No decorrer do ano de 2025, a totalidade dos gastos e perdas, classificados por natureza, ascendeu a 11 496 135,49 €. Comparativamente ao ano de 2024, verificou-se um aumento na ordem dos 715 mil euros, conforme quadro seguinte:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Quadro 23.4 Gastos e Perdas		
GASTOS E PERDAS	2025	2024
60 Transferências e subsídios concedidos	657 874,86 €	749 110,56 €
61 Custo das merc.vend.mat.consumidas	356 651,13 €	389 317,38 €
62 Fornecimentos e serviços externos	3 531 896,24 €	3 354 162,30 €
63 Gastos com o pessoal	4 863 728,34 €	4 384 844,47 €
64 Gastos de depreciação e de amortização	1 863 016,44 €	1 760 351,22 €
65 Perdas por imparidade	6 419,57 €	- €
66 Perdas por redução de justo valor	- €	- €
67 Provisões	- €	- €
68 Outros gastos	206 701,32 €	121 719,13 €
69 Gastos por juros e outros encargos	9 847,59 €	21 532,49 €
Totais	11 496 135,49 €	10 781 037,55 €

Nas transferências e subsídios concedidos (conta 60), constam para além das comparticipações financeiras de carácter regular que o Município atribui às associações de movimento associativo de cariz social, cultural, desportivo, associação de bombeiros e outros, também as comparticipações financeiras no âmbito dos programas de Apoio aos Jovens Desempregados, Subsídios de Nascimento, e apoio aos bombeiros na participação das rendas e do IMI.

O acréscimo ocorrido na conta 63 - Gastos com Pessoal, deve-se ao aumento da massa salarial, originado quer pela atualização de vencimentos, quer pela via da transferência de competências essencialmente na área da Educação.

No que se refere à conta 64, verificou-se um acréscimo de gastos com depreciações e amortizações, em consequência dos registos ocorridos com a regularização e valorização patrimonial, com maior incidência nos ativos fixos tangíveis.

Verificou-se um aumento em perdas por imparidade relacionado com as contas a receber de clientes (conta 65).

O aumento dos gastos na conta 68, encontra-se relacionado com correções relativas a anos anteriores.

No que respeita a gastos com juros e outros encargos - conta 69, verificou-se uma diminuição impulsionada pelos cortes sucessivos nas taxas de referência do Banco Central Europeu (BCE) que por sua vez se refletiram na realidade nacional.

Por outro lado, um dos empréstimos foi totalmente amortizado em 2024.

23.5 - Fornecimentos e Serviços Externos

Esta componente dos gastos, durante o ano de 2025, apresentou a seguinte estrutura:

Quadro 23.5 Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos		2025	2024
621	Subcontratos e parcerias	111 770,01 €	213 116,48 €
	- Serviços de Saúde	1 380,00 €	0,00 €
	- Serv.Recolha e Trat.Dep.Resíduos	0,00 €	11 263,65 €
	- Espaços de desporto cultura e lazer	57 205,31 €	27 657,00 €
	- Iluminação Pública	53 184,70 €	174 195,83 €
622	Serviços especializados	1 535 178,03 €	1 411 143,07 €
	- Trabalhos especializados	779 585,74 €	705 125,61 €
	- Publicidade comunicação e imagem	59 188,94 €	78 493,76 €
	- Vigilância e segurança	85 375,83 €	84 527,53 €
	- Honorários	384 534,92 €	321 580,88 €
	- Comissões	18 095,52 €	21 405,80 €
	- Conservação e reparação	208 397,08 €	200 006,53 €
	- Outros serviços especializados	0,00 €	2,96 €
623	Materiais de consumo	308 305,26 €	271 278,39 €
	- Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	91 521,62 €	91 475,87 €
	- Livros e documentação técnica	402,83 €	36,72 €
	- Material de escritório	16 063,94 €	17 614,99 €
	- Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	32 284,96 €	26 280,81 €
	- Material de educação, cultura e recreio	20 196,50 €	156,83 €
	- Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	53 530,16 €	46 680,86 €
	- Outros fornecimentos e serviços	94 305,25 €	89 032,31 €
624	Energia e fluidos	737 260,01 €	740 964,76 €
	- Eletricidade	535 466,03 €	536 933,59 €
	- Combustíveis e lubrificantes	42 838,87 €	6 532,81 €
	- Água	97 058,30 €	133 556,96 €
	- Outros	61 896,81 €	63 941,40 €
625	Deslocações, estadas e transportes	21 688,87 €	24 586,23 €
	- Deslocações e estadas	0,00 €	0,00 €
	- Transportes de pessoal	19 731,89 €	22 885,58 €
	- Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	1 956,98 €	1 700,65 €
626	Serviços diversos	817 694,06 €	693 073,37 €
	- Rendas e alugueres	107 552,54 €	98 041,47 €
	- Comunicação	53 547,29 €	53 078,02 €
	- Seguros	50 197,70 €	51 462,75 €
	- Contencioso e notariado	11 194,55 €	12 304,35 €
	- Limpeza, higiene e conforto	251 595,52 €	214 916,06 €
	- Outros serviços	343 606,46 €	263 270,72 €
Totais		3 531 896,24 €	3 354 162,30 €

Relativamente aos fornecimentos e serviços externos, verifica-se um aumento de cerca de 5,3 % em relação ao ano de 2024.

23.6 - Estado e Outros Entes Públicos

O quadro seguinte apresenta a variação ocorrida na conta Estado e outros entes públicos nos anos de 2025 e 2024:

Quadro 23.6 - Estado e outros entes públicos					
Conta	Rubrica	2025		2024	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito
242	Retenção de Impostos sobre rendimentos	- €	18 950,45 €	- €	20 935,86 €
243	Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	24 107,90 €	- €	18 381,05 €	- €
245	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	- €	94 383,25 €	- €	102 363,57 €
249	Outras tributações	- €	91,17 €	- €	91,17 €

De referir que relativamente à conta 243 - IVA, verifica-se que o montante a recuperar pelo Município no ano de 2025 é de 24 107,90 €.

Deste valor, 12 528,10€ respeita ao IVA pago no âmbito dos projetos financiados pelo PRR - Plano de Recuperação e Resiliência.

A variação ocorrida na conta 245 - Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde, está relacionada com o momento do pagamento das contribuições, que conforme previsto na Lei, pode ocorrer até ao dia 20 do mês seguinte, no caso, até dia 20 de janeiro de 2026.

23.7 -Transferência de Competências - Educação (Lei nº 50/2018)

A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.

A transferência de competências no âmbito da educação produziu efeitos a 01 de abril de 2022, com a transição dos trabalhadores para o mapa de pessoal do Município de Mora.

O quadro seguinte evidencia as receitas arrecadadas e as despesas pagas neste âmbito e constam do reporte à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL):

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS - LEI N.º 50/2018 - DGAL			
EDUCAÇÃO - ANO 2025			
Mês	Receita Administração central	Despesa Paga	Receita-Despesa
	(1)	(2)	(3)=(1)-(2)
Janeiro	41 407,00 €	58 140,15 €	- 16 733,15 €
Fevereiro	41 407,00 €	69 709,60 €	- 28 302,60 €
Março	57 016,00 €	78 749,50 €	- 21 733,50 €
Abril	57 016,00 €	57 911,72 €	- 895,72 €
Maio	41 407,00 €	80 996,11 €	- 39 589,11 €
Junho	57 016,00 €	95 062,15 €	- 38 046,15 €
Julho	41 407,00 €	98 601,77 €	- 57 194,77 €
Agosto	103 843,00 €	65 051,09 €	38 791,91 €
Setembro	57 016,00 €	62 209,51 €	- 5 193,51 €
Outubro	57 016,00 €	60 611,31 €	- 3 595,31 €
Novembro	72 625,00 €	20 327,59 €	52 297,41 €
Dezembro	57 046,00 €	156 038,75 €	- 98 992,75 €
Total Receita e Despesa	684 222,00 €	903 409,25 €	- 219 187,25 €

Em análise, a receita transferida pela Administração Central em 2025, comparativamente à

despesa efetuada pelo Município, é inferior em 219.187,25 €.

Importa referir que a receita transferida, inclui o valor respeitante à componente Escola a Tempo Inteiro (AAAF), a qual já fazia parte das competências do Município, sendo anterior à entrada em vigor da Lei Quadro da Transferência de Competências.

23.8- Transferência de Competências -Área Social (Lei nº 50/2018)

O Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, alterado pelos Decretos-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro e n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais, no domínio da Ação Social.

Pese embora o Decreto-Lei n.º 55/2020 tenha entrado em vigor na data seguinte à sua publicação, ou seja, 13 de agosto de 2020, o n.º 5 do artigo 24.º

previa que, a concretização da transferência de competências poderia ser prorrogada até 3 de abril de 2023, caso as autarquias locais ou entidades intermunicipais considerassem não reunir condições para o exercício dessas competências.

Foi o que sucedeu no Município de Mora, tendo a delegação de competências da Ação Social sido efetivamente assumida em 1 de dezembro de 2022.

O quadro seguinte, evidencia as receitas arrecadadas e as despesas pagas, no domínio da Ação Social, nas suas diversas competências.

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS - LEI N.º 50/2018 - DGAL			
AÇÃO SOCIAL - ANO 2025			
Mês	Receita Administração central	Despesa Paga	Receita-Despesa
	(1)	(2)	(3)=(1)-(2)
Janeiro	7 748,00 €	5 722,62 €	2 025,38 €
Fevereiro	7 748,00 €	13 830,08 €	- 6 082,08 €
Março	7 748,00 €	11 322,04 €	- 3 574,04 €
Abril	7 748,00 €	9 251,37 €	- 1 503,37 €
Maio	7 748,00 €	9 976,08 €	- 2 228,08 €
Junho	7 748,00 €	8 497,43 €	- 749,43 €
Julho	7 748,00 €	16 636,02 €	- 8 888,02 €
Agosto	7 748,00 €	11 993,78 €	- 4 245,78 €
Setembro	7 748,00 €	9 831,88 €	- 2 083,88 €
Outubro	7 748,00 €	9 333,58 €	- 1 585,58 €
Novembro	7 748,00 €	9 101,67 €	- 1 353,67 €
Dezembro	7 773,00 €	14 023,24 €	- 6 250,24 €
Total Receita e Despesa	93 001,00 €	129 519,79 €	- 36 518,79 €

Em análise, a receita transferida pela Administração Central em 2025, comparativamente à despesa paga pelo Município, é inferior em 36.518,79 €.

23.9 - Transferência de Competências - Saúde (Lei nº 50/2018)

A transferência de competências no âmbito da saúde produziu efeitos a 01 de dezembro de 2022, com a transição dos trabalhadores (assistentes operacionais) para o mapa de pessoal do Município de Mora.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

O quadro seguinte, evidencia as receitas arrecadadas e as despesas pagas, no domínio da Saúde, nas suas diversas competências.

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS - LEI N.º 50/2018 - DGAL			
SAÚDE - ANO 2025			
Mês	Receita Administração central	Despesa Paga	Receita- Despesa
	(1)	(2)	(3)=(1)-(2)
Janeiro	32 017,00 €	8 761,61 €	23 255,39 €
Fevereiro	13 285,00 €	13 074,58 €	210,42 €
Março	13 285,00 €	17 333,55 €	- 4 048,55 €
Abril	13 285,00 €	9 399,04 €	3 885,96 €
Maio	13 285,00 €	14 835,56 €	- 1 550,56 €
Junho	13 285,00 €	17 384,00 €	- 4 099,00 €
Julho	13 285,00 €	18 091,37 €	- 4 806,37 €
Agosto	13 285,00 €	9 369,31 €	3 915,69 €
Setembro	13 285,00 €	12 241,17 €	1 043,83 €
Outubro	13 285,00 €	11 465,63 €	1 819,37 €
Novembro	28 630,00 €	6 376,67 €	22 253,33 €
Dezembro	18 431,00 €	23 265,74 €	- 4 834,74 €
Total Receita e Despesa	198 643,00 €	161 598,23 €	37 044,77 €

Em análise, a receita transferida pela Administração Central em 2025, comparativamente à despesa paga pelo Município, é superior em 37.044,77 €.

Em relação à despesa, e de acordo com o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de agosto, no prazo em que decidam assumir as competências, os municípios podem optar por exercer as mesmas diretamente ou através de acordo ou protocolo.

Neste âmbito, o Município celebrou em 30/11/2022, um Protocolo de Cooperação para competências em matéria de Ação Social, com a Santa Casa da Misericórdia de Mora.

Nota final

As notas cuja numeração, não se encontra referida neste documento, não são aplicáveis ao Município de Mora ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.